



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**O PAPEL DO PEDAGOGO ENQUANTO COORDENADOR
PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA**

LEIA SUÊNIA VARELA

NATAL-RN

2017

LEIA SUÊNIA VARELA

**O PAPEL DO PEDAGOGO ENQUANTO COORDENADOR
PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação do Dr. Bruno de Oliveira Lima.

NATAL-RN

2017

O PAPEL DO PEDAGOGO ENQUANTO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA

LEIA SUÊNIA VARELA

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Bruno de Oliveira Lima (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dra. Janaína Lopes Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ms. Christine Meyrelles Felipe da Fonseca
Instituto Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

O principal objetivo desse trabalho é compreender a função do pedagogo no interior da escola pública. A problemática abordada questiona a ausência de uma formação “crítica” e “científica” na formação dos pedagogos nas universidades. Quanto à abordagem, optou-se por uma análise teórica, ancorada nos seguintes procedimentos: Pesquisa bibliográfica a partir da revisão de literatura sob a temática abrangendo enciclopédias, coleções, livros, artigos, revistas e jornais on-line, retirados de bibliotecas digitais, enquanto a pesquisa documental valeu-se de informações colhidas de trabalhos públicos e privados. Verifica-se então que a função do pedagogo enquanto coordenador escolar é o de assessorar pedagogicamente o professor no planejamento, e, assim melhorar sua prática pedagógica, no processo avaliativo isso é mediar, ajudar, articular e transformar a prática educativa junto aos professores.

Palavras-chave; Pedagogo; Transformação; Escola.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the role of the pedagogue within the public school. The problem addressed questions the absence of a "critical" and "scientific" training in the training of pedagogues in universities. Regarding the approach, we opted for a theoretical analysis, anchored in the following procedures: Bibliographic research from the literature review under the theme covering encyclopedias, collections, books, articles, magazines and online journals, taken from digital libraries, while documentary research was based on information gathered from public and private works. It turns out that the role of the pedagogue as a school coordinator is to advise the teacher pedagogically in planning, and thus improve their pedagogical practice, in the evaluation process this is to mediate, help, articulate and transform the educational practice with teachers.

Keywords: Pedagogist; Transformation; School.

1. INTRODUÇÃO

O artigo trata sobre a compreensão da função que exerce o pedagogo no interior da escola pública, o seu papel e suas contribuições com a prática pedagógica, para isso é preciso ver as mudanças que ocorreram e quais foram as influências a partir da compreensão histórica.

Partimos da seguinte pergunta: O pedagogo enquanto articulador da prática pedagógica é peça fundamental numa escola pública que prima pela qualidade do ensino?

A pesquisa trouxe como objetivo geral discutir sobre o papel do pedagogo escolar enquanto coordenador pedagógico descrevendo algumas das suas funções no decorrer da história e averiguando as suas contribuições e importância.

Segundo Libâneo “o pedagogo é todo profissional que lida com a formação de sujeitos, seja em instituições de ensino, seja em outro lugar”, (LIBÂNEO: 2006, p.215). Seguindo essa linha de entendimento a atuação do Pedagogo é de fundamental importância em todas as instituições educativas, sendo o seu trabalho necessário tanto nos espaços escolares e não escolares. De acordo com Libâneo:

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivo de formação humana definidos em sua contextualização histórica, (LIBÂNEO: 1996. p. 127).

A problemática desse estudo surgiu por meio dos seguintes questionamentos: Quais as atribuições e contribuições do pedagogo escolar enquanto coordenador pedagógico? Como ele pode contribuir para o processo de ensino/aprendizagem em uma escola pública onde a imagem do coordenador é da pessoa que pode resolver tudo na escola?

A hipótese que reafirmamos para responder estes questionamentos é a de que o papel do pedagogo deve ser o de articulador e organizador do fazer pedagógico, da

escola. Conforme PAIVA (2006) deve garantir uma coerência e uma unidade de concepção entre as áreas do conhecimento respeitando suas especificidades.

Este trabalho tem a finalidade de realizar uma pequena contribuição na área pedagógica, já que atualmente é muito discutido as questões relacionadas a forma de ensinar, estratégias de abordar o aluno, e superar muitos obstáculos que surgem todos os dias frente ao trabalho do pedagogo. Cabe aqui ressaltar, que o tempo de educar o aluno como em uma linha de montagem acabou.

A sociedade hoje está em constante mudança, tanto economicamente quando culturalmente. Educar o aluno para que ele seja crítico ao ambiente que o rodeia, é uma ferramenta para que futuramente, ele possa atuar positivamente na sociedade.

É preciso levar em consideração diversos fatores, como o lugar onde ela está inserida, as condições socioeconômicas de seus alunos, vivências, e só assim traçar metas para um ensino de qualidade.

Para o desenvolvimento desse trabalho, adotou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2002) tem como principal vantagem permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente e essa ainda se torna mais importante, quando o problema requer dados históricos precisando de um estudo mais profundo nessa busca, e com isso à abordagem, optou-se por uma análise teórica, ancorada no seguinte procedimento: Pesquisa bibliográfica a partir da revisão de literatura sob a temática abrangendo enciclopédias, coleções, livros, artigos, revistas e jornais on-line.

A pesquisa foi centrada nas contribuições teóricas de vários autores como Paulo Freire (1995, 1999, 2003); Candau (2004); Gadotti (2000); Libanêo(1996); Roldão (2007); Tardiff (2010) e outros que realizaram estudos sobre os assuntos, em criteriosa coleta de artigos, livros e material disponibilizado em revistas. As publicações encontradas foram organizadas como pesquisa e de revisão e, posteriormente, categorizadas. A revisão bibliográfica foi feita mediante análise acurada da literatura aplicada, extraíndo-se os pontos relevantes ao tema explicitado, com o fim de justificar as ações apresentadas.

Para que os leitores tenham um entendimento com clareza das informações da problemática aqui resumida e possa ver os resultados da pesquisa, o trabalho foi dividido em tópicos da seguinte forma o primeiro tópico 2.Revisão de literatura traz um breve histórico da função do pedagogo no Brasil, no 2,2 O papel do pedagogo enquanto coordenador pedagógico na escola pública, 2,3 A importância do trabalho pedagógico no desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, 2,4 A pedagogia da autonomia.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. BREVE HISTÓRICO DA FUNÇÃO DO PEDAGOGO NO BRASIL

Segundo Roldão (2007), o que caracteriza e distingue o pedagogo de outros atores sociais e agentes profissionais, é a ação de ensinar, ou seja, “o que se entende por ensinar,” conceito esse que não é consensual, nem estático. A emergência de um grupo profissional estruturado em torno dessa função é característica da modernidade. No tocante ao conceito de ensinar há controvérsias entre “professar um saber” e “fazer os outros se apropriarem de um saber”.

Na gama de conceitos, amplas dimensões podem ser encontradas (técnicas, metodológicas, filosóficas, sociais, econômicas, políticas, culturais) o que interfere diretamente na construção das políticas direcionadas à educação bem como a formação dos profissionais da área Segundo Candau:

Formar o educador, a meu ver, seria criar condições para que o sujeito se prepare filosófica, científica, técnica e afetivamente para o tipo de ação que vai exercer. Para tanto, serão necessárias não só aprendizagens cognitivas sobre os diversos campos de conhecimentos que o auxiliem no desempenho do seu papel, mas – especialmente – o desenvolvimento de uma atitude dialeticamente crítica sobre o mundo e sua prática educacional, (CANDAU: 2004 p.28).

A práxis na e da formação docente tem seus pressupostos teórico-metodológicos estabelecidos nas políticas instituídas, bem como as vivências individuais e grupais, por isso a necessidade de pensar a formação de pedagogos, pois diretamente, o pedagogo

recebe influências, estímulos positivos e/ou negativos que o “formarão” como pessoa e como profissional.

Isso significa reconhecer que o meio sociocultural, econômico, político, familiar tem influência direta na formação do indivíduo e conseqüentemente na escolha de sua profissão e na construção da mesma, bem como as representações sociais que um curso de formação e o trabalho dos docentes (tanto em nível médio como superior) possam ter.

Na natureza do conhecimento profissional docente se configuram duas tendências interpretativas predominantes: uma centrada na análise de seus componentes, valorizando o conhecimento prévio necessário; Outra na valorização da prática profissional refletida como fonte primeira, valorizando o conhecimento emergente da prática e da reflexão sobre ela.

Para Roldão (2007), a ênfase praticista predominante na cultura profissional dos pedagogos não contribui para o crescimento da profissão, “num mundo em que conhecer é poder”, um salto na profissionalização dos pedagogos depende da “afirmação e reforço de um saber mais analítico, consistente e em permanente atualização, claro em sua especificidade e sólido em seus fundamentos”, (pg.102).

Neste pensar, Tardif (2010) evidencia que não só o meio sociocultural, as representações sociais e os conhecimentos técnico-científicos formam o pedagogo, mais as vivências e o fazer propicia uma competência significativa nas mais diferentes e adversas situações.

Há de se considerar também que o momento de formação é pessoal e cada formando internaliza-o de modo pessoal, talvez único. Segundo Tardif:

Antes mesmo de ensinarem os futuros pedagogos vivem nas salas de aula muitas horas. Ora tal imersão é necessariamente formadora, pois leva os futuros pedagogos a adquirirem crenças, representações e certeza sobre a prática do ofício de pedagogo, bem como sobre o que é ser aluno, (TARDIF: 2010. p.20).

Passerini (2007) também menciona que a formação docente é contínua e que a mesma se inicia muito antes da graduação e diz que “este processo sofre influência dos acontecimentos históricos, políticos e culturais, possibilitando novos modos de pensar e diferentes maneiras de agir perante a realidade que o pedagogo está inserido”(pg.18).

Como a história do Brasil nos diz, vivemos desde a metade do primeiro período do século XX um período de Ditadura e atrelada a ela, um período de silêncio e subordinação. Desde a década de 30, a crise política e de poder instalados fazem com que as esferas sociais, econômicas e educacionais gravitem em torno do sistema político a ser confirmado com o golpe de Estado na década de 60.

A formação profissional vê-se “amarrada” aos conceitos de obediência, amor à Pátria Mãe (mesmo que essa Pátria trate desigualmente a seus filhos). Surge também ao final dessa década o Ensino Técnico.

Até hoje vemos resquícios das chamadas Escola Tradicional e Escola Tecnicista, basta observarmos os currículos propostos nos cursos de formação e na postura hierárquica, estreita e fechada das instituições de ensino.

Sendo assim, é fácil constatar nas afirmações de Tardiff (2010) sobre a formação, o porquê da origem de conceitos enraizados sobre o fazer e o ser docente.

Parafraseando Roldão (2007), as novas pesquisas sobre formação docente nos apontam que os cursos de licenciatura encontram-se baseados na racionalidade técnica, as disciplinas didática e pedagógica estão desvinculadas das disciplinas de conteúdos específicos. Esses estudos também sinalizam que há uma tendência de superação do modelo tradicional e ou técnico por um modelo baseado na prática reflexiva. Segundo Roldão, esse modelo foi proposto por Schön (1987) e baseia-se na concepção de que o pedagogo desenvolva a capacidade de refletir sobre a sua prática de modo a tornar claros os conhecimentos meditados intrinsecamente e baseada em suas experimentações e vivências.

Ainda segundo Roldão (2007), O pedagogo torna-se consciente de seus conhecimentos internos, sendo portanto estes as primeiras bases para que o profissional possa efetuar as críticas, observações sobre as estratégias e as teorias nas quais acredita o que lhe possibilita modificar, transformar suas formas de atuação. Este modelo

também sofreu julgamentos e foi aperfeiçoado com novas ideias. Dentre esses julgamentos, cita-se a dicotomia entre o mundo da teoria e o da prática, vistos nos textos de Schön (FENSTERMARCHER: 1988, apud GARRIDO: 2000).

Na década de 30, período que antecede a criação do Curso de Pedagogia, na visão de Félix (1989), o Estado se constitui através das alianças entre as frações da classe dominante ligada ao setor agrário-exportador e ao setor industrial e a classe média, visto que o modelo de desenvolvimento adotado tinha como base a industrialização para substituição de importação de bens de consumo não duráveis e estava orientado para uma política centrada no capital interno. Surge uma cultura nacional e novas “modalidades de consciência”. Esse é o quadro onde se inserem os golpes, revoluções, os movimentos sociais do período. São manifestações das relações, tensões e conflitos que os setores nascentes estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com nações mais poderosas com as quais o Brasil mantém contato – são rompimentos político-econômicos internos e externos que marcam o início da inclusão do Brasil na nova ordem urbano industrial. Esse foi um movimento de continuidades e rupturas, de permanências e mudanças.

Originou-se assim o Curso de Pedagogia quando foi aprovada a Reforma Francisco Campos, que reorganizou o ensino superior no Brasil, através de três decretos assinados em 11 de abril de 1931. Na justificativa, o ministro Francisco Campos enfatizou o significado da referida faculdade que deveria:

Transcender o caráter utilitário e prático dos institutos puramente profissionais. [...] Salientava o caráter profissionalizante da Faculdade de Educação, como um órgão que, semelhante ao Instituto de Educação, formaria pedagogos, particularmente os do ensino normal e secundário, (BRZEZINSKI 1996, p.33).

De acordo com Romanelli (2010), o Estatuto das Universidades Brasileiras aprovado em 1931 apresentava objetivos amplos e pretensivos, visão distorcida da realidade educacional brasileira, perseguia apenas a formação profissional e raramente a investigação científica por fatores como a estratificação social, herança cultural, estrutura arcaica de ensino, a economia e a industrialização. Os cursos obrigatórios eram

Direito, Medicina, Engenharia e Educação, Ciências e Letras, gerando falta de diversificação e reforçavam a concepção aristocrática de ensino.

A primeira regulamentação da Faculdade de Educação, a nível nacional, acontece com o Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, onde estavam inseridos o curso de Pedagogia, e um curso especial de Didática. O curso de Pedagogia destinava-se a formar bacharéis (técnicos de educação) e licenciados para várias áreas. Para os bacharéis eram necessários (três) anos de curso onde estudavam fundamentos da educação como psicologia educacional, sociologia, fundamentos biológicos da educação, história da educação, administração escolar, entre outras. Para os licenciados em pedagogia, primeiro concentravam-se nos conteúdos específicos relacionados a cada bacharelado e, em seguida, adicionava-se (um) ano de curso de didática.

Percebendo esta tendência de ampliação do campo de atuação da pedagogia, Backheuser afirmava, ainda na década de 1950, que o pedagogo estaria destinado a conduzir o processo educativo não só em um mesmo ambiente: Em visão panorâmica, a pedagogia se apresenta como o estudo do conjunto de elementos destinados a dar à educação o máximo de eficiência. Esses podem ser reunidos em dois grupos principais. “De um lado, educando, educador (ou educadores) e processos educativos, e, de outro, lar, escola e ambiente”, (BACASSEQUERE 1954, p. 36).

Com base na crítica à fragmentação e à divisão técnica do trabalho na escola, algumas faculdades de educação suprimiram do currículo as habilitações, passando a ter apenas duas habilitações – pedagogo das séries iniciais do 1º grau e pedagogo de cursos de habilitação ao magistério – descartando boa parte da fundamentação pedagógica do curso. Nesse período, as alterações e a indefinição na formação refletiram no trabalho. Em algumas Secretarias de Educação, em função destas mudanças, chegaram a ser retirados das escolas ou não contratados pedagogos, prejudicando o atendimento didático-pedagógico às escolas e comprometendo o exercício profissional do pedagogo.

No campo teórico, também se evidenciaram questionamentos. O debate sobre a inclusão da Pedagogia como ciência permaneceu em aberto. Os avanços e retrocessos nos debates, tanto em termos dos profissionais a serem formados quanto da estrutura do curso para formá-los, esgotam as possibilidades de se encontrar a identidade do

pedagogo tanto profissionalmente quanto em função do mercado do trabalho real e mesmo potencial.

2.2. O PAPEL DO PEDAGOGO ENQUANTO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA

A escola sendo uma instituição educativa com grandes desafios têm a necessidade da mediação do pedagogo coordenador para desenvolver o trabalho qualitativo na comunidade escola, para que aconteça o processo de ensino-aprendizagem.

Garrido (2008), ressalta que o trabalho do professor coordenador é essencialmente a formação continuada em serviço, ao promover a reflexão dos professores sobre suas práticas docentes, está favorecendo a tomada de consciência dos professores. A autora destaca a importância de um espaço coletivo e formador para o coordenador, no qual ele possa refletir sobre sua prática, trocar experiência e crescer profissionalmente.

Podemos ver na história da escola que em todo o tempo a mesma acumulou-se do sistema educacional brasileiro, uma tradição significativa do trabalho desenvolvido pelos profissionais egressos dos cursos de pedagogia sendo a maioria desses em cargos de gestão.

Em vários estados brasileiros desde os anos 70, foram instituídos concursos públicos que por um lado ajudou a combater a política clientelista e patrimonialista, pois o acesso para a maioria desses cargos era por meio de indicação política, mas como em todas as políticas públicas implantadas, há um contraponto. A partir da década de 1990, houve a flexibilidade do acesso aos cargos por especialistas de ensino a professores sem a formação especializada em pedagogia, com formação em outras áreas, começaram também a ocupar cargos de gestão, como diretor, vice-diretor e o mais preocupante, o de coordenador pedagógico.

Também em muitos estados adotaram a eleição para diretor, que também auxiliou no aumento da demanda ao curso, pois não era possível ocupar o cargo apenas com a experiência docente, ressaltando-se dentre eles o de coordenador pedagógico, tendo que se exigir uma formação específica para ocupar esses cargos, pois são eles que fazem toda a articulação na escola desde a área administrativa até a pedagógica.

Para Libâneo (1996), o pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista os objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica.

Conforme pesquisas realizadas nos últimos anos, a profissionalização docente não se pode confinar a uma “pedagogia do dom natural”, mas exige formação profissional, (FREIRE: 2000).

Assim, na compreensão de Demo (1995), compete ao pedagogo refazer a educação, reinventá-la, criar as condições objetivas para que uma educação democrática seja possível, criar uma alternativa pedagógica que favoreça o aparecimento de novas pessoas, solidárias e preocupadas com o novo projeto social e político.

No Brasil, atualmente, vislumbra-se uma ampliação do conceito de educação, haja vista que a mesma não se restringe à ação de ensinar e ao processo de aprendizagem no interior de instituições escolares formais, já que extrapola os muros da escola para os diversos espaços sociais.

Para Guirro (2009), o papel do coordenador pedagógico desse modo é mais do que dar vistos nos planejamentos dos professores ou de simplesmente assinar fichas exigidas pela burocracia da regência escolar, mas sim de “derrubar paredes” da escola, de “saltar seus muros”(p.71).

Em outras palavras, o papel do coordenador pedagógico é de quebrar velhos paradigmas que retardam ou diminuem a capacidade de interação entre alunos e professores e buscar outras possibilidades de interação por meio de tecnologias modernas, por meio de recursos gratuitos que convoquem todos (alunos, professores, funcionários e comunidade escolar) a interagir com a escola. Isso mostra que o pedagogo está atualizado com as novas interações sociais, novas formas de contatos sociais, novos conhecimentos que podem ser apreendidos com essas situações.

Guirro (2009) também pensa assim e diz claramente: “diante das novas possibilidades, a educação não pode mais viver do passado, negando a existência das tecnologias, pois formaria pessoas desconectadas da realidade em que se inserem”, (p.95).

Se o pedagogo possui em suas obrigações zelar pela ampliação das relações humanas dentro da escola, o currículo também deve proporcionar as mesmas condições. Isso quer dizer que a escola deve possuir uma grade curricular flexível e capaz de se adequar às realidades cotidianas para que a interação e a troca de informações sejam

fortes aliadas do processo educativo para que a “interação construtiva constitua o pressuposto do discurso e da prática de relações democráticas na escola”, (SANTOS: 2009, p. 88), fazendo com que a grade curricular deixe de ser grade para se tornar um leque de opções de conhecimentos que abre em torno de um tema comum.

O trabalho do coordenador pedagógico na escola pública requer desse profissional um domínio amplo e apurado no que diz respeito às questões educacionais e pedagógicas já que essa prática intervém na formação dos cidadãos tanto politicamente como socialmente.

Por isso, os Pedagogos não podem mais permanecer na ingenuidade e no romantismo. Se não podem eximir-se da natureza prática da ação educativa, portanto, de compromissos morais, sua inserção na condição de fim de modernidade os obriga a uma abertura científica e tecnológica desenvolvendo na prática investigativa um sentido de pluralidade, “abarcando a diversidade das abordagens metodológicas e integrando toda a complexidade do pensamento científico”, (LIBÂNEO: 2004, P.193).

2.3. A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA.

Verificamos que para que haja uma aprendizagem significativa a organização do trabalho pedagógico poderá ser por projetos proporcionando situações de aprendizagem diversificadas, contextualizadas, interdisciplinares e que favorecem abordar os diferentes tipos de conteúdos. Essa forma de organização do trabalho pedagógico permite aprofundar conteúdos, estabelecer relações com o cotidiano dos alunos, considerar seus conhecimentos prévios, desenvolver habilidades para trabalhar em grupo, exercitar o respeito mútuo e a construção do conhecimento no coletivo e estimular o espírito pesquisador. Dessa maneira, a abordagem por meio de problemas contextualizados possibilita ao aluno “aprender a pesquisar, a trabalhar cooperativamente, formular diferentes objetivos educacionais, integração da teoria com a prática, aprendizagem permanente e abertura para as demandas sociais”, (MASETTO 2004, p. 184).

A escola é uma organização efetivamente significativa, inovadora, empreendedora, mas a maioria delas se distancia velozmente da sociedade, das demandas atuais. Como ressalta Moran:

Mas essa escola está envelhecida nos seus métodos, procedimentos, currículos. A maioria das escolas e universidades se distancia velozmente da sociedade, das demandas atuais. Sobrevivem porque são os espaços obrigatórios e legitimados pelo Estado. A maior parte do tempo frequentamos as aulas porque somos obrigados, não por escolha real, por interesse, por motivação, por aproveitamento. As escolas conservadoras e deficientes atrasam o desenvolvimento da sociedade, retardam as mudanças, (MORAN:2008,p.01)

Segundo Mendonça (2000), a escola precisa partir de onde o aluno está das suas preocupações, necessidades, curiosidades e construir um currículo que dialogue continuamente com a vida, com o cotidiano. Uma escola centrada efetivamente no aluno e não no conteúdo, que desperte curiosidade, interesse. Precisa de bons gestores e educadores, bem remunerados e formados em conhecimentos teóricos, em novas metodologias, no uso das tecnologias de comunicação mais modernas. Educadores que organizem mais atividades significativas do que aulas expositivas, que sejam efetivamente mediadores mais do que informadores.

Para Dourado (2007) não há como pensar uma organização do trabalho na escola, no curso, na sala, sem antes pensar no papel que cabe ao Projeto Político Pedagógico, nem afirmar que a simples existência de um projeto seja suficiente para que todos o sigam. Podemos dizer que o Projeto Político Pedagógico construído verticalmente fica na superfície da instituição/curso, enquanto a ação humana, presente no trabalho, não material dos sujeitos (pedagogo/diretor/aluno) acontece nos seus subterrâneos. Ali, estes sujeitos, independente da vocação da instituição, produzem novas leituras e interpretações de mundo a partir da história pessoal e de projetos de trabalho elaborados na experiência prática de cada um, criando-se, a cada nova situação, um novo projeto pedagógico.

2.4. A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA

A questão da autonomia escolar e de seu desdobramento em um projeto pedagógico é como problema, típico da escola pública que, a não ser em raríssimas exceções, integra uma rede de escolas e, por isso, está sempre sujeita a interferências de órgãos externos responsáveis pela organização, administração e controle da rede

escolar. Essa situação não é em si mesma, negativa, mas frequentemente acaba sendo, porque órgãos centrais, com maior ou menor amplitude, tendem a desconhecer a peculiaridade de distintas situações escolares e decidem e orientam como se todas as unidades fossem idênticas ou muito semelhantes.

Segundo Dourado (2007), a consequência mais óbvia e indesejável de tentativas de homogeneização daquilo que é substantivamente heterogêneo é o fato de que as escolas ficam ou sentem-se desoneradas da responsabilidade pelo êxito do seu próprio trabalho, já que ele é continuamente objeto de interferências externas, pois ainda que essas interferências sejam bem-intencionadas não leva em conta que a instituição “escola pública” é uma diversidade e não uma unidade. É aí que reside um grave problema da escola pública e é para resolvê-lo que se reivindica a autonomia do estabelecimento na elaboração e execução do projeto escolar próprio.

Conforme Martins (2001), a própria lei reconhece o problema e indica a solução genérica, mas na sua implementação o problema pode reviver e até se agravar pelo risco de que órgãos da administração entendam que convém estabelecer normas, prazos e especificações para que as escolas cumpram uma nova exigência legal: a do projeto político pedagógico. Se isso acontecer, e o risco sempre existe aquilo que poderia ser um caminho para a melhoria do ensino público transforma-se em mais uma inútil exigência burocrática de papelada a ser preenchida.

De acordo com Mendonça (2007), o projeto pedagógico da escola é apenas uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam e dentre elas o seguinte: tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas. Nada mais, porém isso é muito e muito difícil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tem por objetivo responder e contribuir com todos que buscam a resposta para a pergunta a qual problematizou o mesmo: Qual o papel do pedagogo enquanto coordenador pedagógico em uma escola pública? Vimos que o papel do pedagogo é de suma importância ao verificar as condições em que se encontram os alunos e, a partir daí, elaborar um planejamento participativo em que o aluno seja considerado o maior interessado, recebendo um tratamento possível ao seu caso, com técnicas voltadas à sua realidade, estimulantes e dinâmicas, ampliando horizontes e

trazendo ao professor a intervenção na sua prática ajudando-o a rever no cotidiano que é preciso uma formação continuada.

De posse de tantas informações discutidas no decorrer deste estudo podemos dizer que o papel do pedagogo como coordenador em uma escola pública não é fácil, esse profissional em algumas situações é visto como a pessoa que “faz tudo”, pois ele não só desenvolve a função de assessorar pedagogicamente o professor no planejamento, e no processo avaliativo e assim melhorar sua prática pedagógica, mais o pedagogo como coordenador também assume o papel pedagógico de mediar, ajudar, articular e transformar a prática educativa junto aos professores mesmo sabendo que é um grande desafio, tendo em vista os diversos fatores que corroboram para dificultar o trabalho nas instituições públicas de ensino.

Entre tais fatores, podemos citar à falta de participação da família, a desmotivação de alguns professores, a falta de condições materiais de planejar para executar uma boa aula, as escolas que muitas vezes não oferecem o conforto e a qualidade necessária para que o professor e o aluno sintam-se motivados para aprender respectivamente. Com tudo esses desafios não impedem totalmente a prática docente, pois é o saber fazer daqueles que, com superação das dificuldades descobriram através de sua formação que com sua ação é possível traçar estratégias, desenvolver praticas investigativas e assim contribuir para uma boa educação, possibilitando o bom desempenho do professor em sala de aula e assim promover aprendizagem do aluno da escola pública.

Em síntese o trabalho do coordenador junto à comunidade escolar, tem o papel de mediar, ajudar, articular e transformar a prática educativa junto aos professores, que sendo executado com êxito oferece oportunidades para o avanço de todos e ainda concede um ensino que garanta condições básicas de inclusão no mundo do trabalho e a plena atuação em sociedade.

4. REFERENCIAS:

- BACKHEUSER, Everaldo. **Manual da pedagogia moderna**. Rio de Janeiro, Livraria do Globo, 1954.
- BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papyrus, 1996.
- CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 23 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.
- DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. In Revista Educação e Sociedade, v. 28, n. 100, out/ 2007.
- FÉLIX, Maria de Fátima Costa, **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?** São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.
- GARRIDO, Elza. **Espaço de Formação Continuada para o Professor Coordenador**. In: BRUNO, Eliane Bambine Gorgueira, ALMEIDA, Laurinda Ramalho de, CHRISTOV, Luíza Helena da Silva. (org.) **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 9ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GUIRRO, Antônio Benedito. **Administração de benefícios e remuneração: RH**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- HADDAD, Sérgio. **O Direito à Educação no Brasil**. Relatório Final da Relatoria de Educação de DHESC no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. Goiás: Alternativa,

MARTINS, Maria Helena Pires. **Somos todos diferentes – convivendo com adversidade do mundo**, São Paulo: Moderna, 2001.

MASETTO, Marcos T. PBL na educação? In: ROMANOWSKI, Joana P.; MARTINS, Pura L. O; JUNQUEIRA, Sérgio R. A. (Org.). **Conhecimento local e conhecimento universal: diversidade, mídias e tecnologias na educação**. Curitiba: Champagnat, 2004.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. Estud. av. [online]. 1991, vol.5, n.13, pp. 7-47. Disponível em Cache, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000300002. Acesso em Mai, 2013

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: Democracia e patrimonialismo na educação brasileira**, Ed. FE/UNICAMP, 2000.

PAIVA, E. F. de. **O papel do pedagogo no contexto das políticas educacionais e do cotidiano escolar para além do bombeiro, o cientista da educação**. Curitiba – NRE – SEED – s.d. 7p. (mimeo).

MORAN, José Manuel. **Aprendizagem significativa**. Entrevista ao Portal Escola Conectada da Fundação Ayrton Senna, publicada em 01/08/2008.

PASSERINI, Gislaine Alexandre. **O estágio supervisionado na formação inicial de professores de matemática na ótica de estudantes do curso de licenciatura em matemática da UEL**. 121f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2007.

PUCCI, BRUNO; Newton Ramos de Oliveira, Antônio Álvares Soares Zuin. **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROLDÃO, M. do Céu. **Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional**. Portugal. Revista brasileira de Educação. V.12 n.34 jan/abril 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 36^a ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.